

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.157 - SP (2012/0274401-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : GILMAR DOMINICI
ADVOGADO : DENILSON PEREIRA AFONSO DE CARVALHO -
SP205939
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MARCELO AUGUSTO FERREIRA
ADVOGADO : DENILSON PEREIRA AFONSO DE CARVALHO E
OUTRO(S) - SP205939
INTERES. : SÉRGIO SIMÕES
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS CAETANO DE MENEZES E
OUTRO(S) - SP168389
INTERES. : VALDIR LUIZ BARBOSA
ADVOGADO : DENILSON PEREIRA AFONSO DE CARVALHO E
OUTRO(S) - SP205939
INTERES. : DINFRA - DISTRITOS INDUSTRIAIS E
GERENCIADORA DO TRANSPORTE COLETIVO DE
FRANCA S/A
INTERES. : MUNICÍPIO DE FRANCA
INTERES. : CONFRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS
LTDA
INTERES. : SUN WEST INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA -
MICROEMPRESA
INTERES. : CALÇADOS MADU'S LTDA - MICROEMPRESA
INTERES. : FIOTA MARMORARIA LTDA - MICROEMPRESA
INTERES. : POSTO BEIRA RIO DE FRANCA LTDA
INTERES. : MAFAGUSA TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA -
MICROEMPRESA
INTERES. : RAMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS
LTDA - MICROEMPRESA
INTERES. : ROSÂNGELA DE ANDRADE FRANCA - EMPRESA
DE PEQUENO PORTE
INTERES. : W ÁVILA - MICROEMPRESA
INTERES. : PIACEZZI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS
LTDA - MICROEMPRESA
INTERES. : FC FERNANDES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
CALÇADOS LTDA - MICROEMPRESA
INTERES. : ANSELMO LUCAS SILVA - MICROEMPRESA
INTERES. : CELEGHINI E CELEGHINI EMBALAGENS LTDA -
MICROEMPRESA
INTERES. : FRANCAUTO AUTOMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES
LTDA
INTERES. : RICHARD DE OLIVEIRA FREITAS

DECISÃO

Vistos.

Fls. 3.149/3.162e - Trata-se de Agravo Interno (art. 1.021, do CPC) interposto contra decisão monocrática de minha lavra, mediante a qual, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil de 1973, o Recurso Especial teve seguimento negado (fls. 3.108/3.127e).

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, ao qual está submetido o Agravo Interno, verifica-se o desacerto parcial da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que o recurso seja novamente analisado, o que farei a seguir.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973 ao julgamento do Recurso Especial, embora o Agravo Interno esteja sujeito ao Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, bem como a dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

No que concerne às sanções aplicadas aos réus condenados por improbidade administrativa, é firme o entendimento deste tribunal no sentido de ser possível a revisão da dosimetria das penas no caso de se constatar a desproporcionalidade entre os atos praticados e as sanções impostas pelo tribunal de origem.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. RÉU QUE, DE ACORDO COM A MOLDURA DELINEADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, ATESTOU, NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MÉDICOS E DENTISTAS QUE, NA VERDADE, JAMAIS ATUARAM NO

PROGRAMA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA CORTE LOCAL. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA REDISCUSSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA DO AGENTE. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE AFIRMARAM TER O RÉU AGIDO COM DOLO MANIFESTO. PONTO QUE DEMANDARIA O REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA CIVIL EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DO DANO A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DAS REPRIMENDAS APLICADAS. REVISÃO. DESPROPORCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Do mesmo modo, para se chegar à conclusão pretendida pelo recorrente quanto a aventada ausência do elemento subjetivo em sua conduta, necessário seria o prévio exame do acervo probatório dos autos, o que atrai a incidência da mesma Súmula 7/STJ, tanto mais quando o acórdão recorrido, como se dá no caso em exame, afirmou, de modo peremptório, ter o réu agido com "dolo manifesto".

4. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido a utilização do valor do ressarcimento do dano ao erário, a ser apurado em liquidação de sentença, como base de cálculo para a aplicação da sanção de pagamento de multa civil. Seja como for, o dispositivo invocado pelo recorrente (art. 12, II, da LIA), só por si, não possui comando capaz de ensejar o acolhimento de sua pretensão (no sentido de que a multa deveria ser fixada em valor certo já na sentença condenatória), haja vista que o próprio dispositivo legal em comento admite a condenação ao "pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano".

5. A jurisprudência do STJ é prevalente no sentido de que a revisão da dosimetria das sanções aplicadas em ações de improbidade administrativa reclama o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula 7/STJ, ressalvadas hipóteses excepcionais em que exsurja evidente desproporcionalidade entre a conduta do agente e as sanções aplicadas, o que não se verifica no presente caso.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(REsp 1.445.348/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 11/05/2016, destaque meu).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA

AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. INQUÉRITO CIVIL. ABERTURA COM BASE EM DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STF. PARTICIPAÇÃO DO MP EM TODOS OS PROCEDIMENTOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA DAS PENAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DESPICIENDO A ANÁLISE QUANDO APLICADO O ENTENDIMENTO PACÍFICO PELA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

[...]

8. O Tribunal de origem, ao analisar as penalidades de acordo com o art. 12 da Lei 8.429/92, deu parcial provimento à apelação, apenas para afastar a condenação da perda da aposentadoria, mantendo, entretanto, as demais penas fixadas na sentença monocrática.

9. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a revisão da dosimetria das sanções aplicadas em ações de improbidade administrativa implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula 7/STJ, salvo em hipóteses excepcionais, nas quais, da leitura do acórdão recorrido, exsurgir a desproporcionalidade entre o ato praticado e as sanções aplicadas, o que não é o caso vertente. Precedentes.

[...]

Recurso especial parcialmente conhecido e improvido.

(REsp 1.447.157/SE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 20/11/2015, destaque meu).

In casu, o Recorrente foi condenado pela prática das condutas descritas no art. 11 da Lei n. 8.429/92, por ter, enquanto ex-Prefeito do Município de Franca/SP, alienado terrenos pertencentes a empresa sob controle acionário do Município sem observância das normas legais.

Assim, verifico que as sanções aplicadas pela Corte de origem, consistentes em i) ressarcimento integral do dano a ser apurado em fase de liquidação; ii) perda da função pública; e iii) suspensão dos direitos políticos por 5 (cinco) anos, mostram-se proporcionais aos atos ímprobos cometidos.

Todavia, constato que o pagamento de multa civil, no montante de 50 (cinquenta) vezes o valor da remuneração recebida pelo réu é excessivo, razão pela qual deve ser reduzido para 5 (cinco) vezes o valor da remuneração recebida.

Posto isso, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO PARCIALMENTE** a decisão de fls. 3.108/3.127e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 3.149/3.162e, e, com fulcro no art. 557, *caput* e § 1º-A, do Código de Processo Civil de 1973, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao Recurso Especial de Gilmar Dominici para reduzir a sanção de multa civil para 5 (cinco) vezes o valor da remuneração recebida pelo réu, mantendo os demais termos da decisão agravada em relação a ele.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

